

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Legislação do Ministério da Justiça		Administração, Finanças e Orçamento		Conhecimentos de Direito	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 12	2	13 a 17	1	18 a 20	1	21 a 36	3	37 a 60	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITURA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme item 9.15, alínea "d", do edital. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.15.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, que seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE QUATRO (4) HORAS.**

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

"O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente."

(Carlos Drummond de Andrade)

TEXTO

O TATU-ROSQUEIRA

J. Simões Lopes Neto

Já em rapaz eu ouvira falar numa raça de tatus-rosqueira, porém punha minhas dúvidas nessas histórias. Passaram-se os anos; caminhei muito, muito, aconteceu-me muito, mas de tatu-rosqueira, nada!

Pois dessa feita, no Rincão das Tunas, vi; do outro lado do rio Camaquã. Com estes que a terra há de comer, vi... e se me fosse contado não acreditaria.

Periga a verdade, mas lá vai, e, demais, estavam presentes o Capitão Felizardo, já falecido, o licenciado Silvinha (que perdi de vista), além dos peões, sem falar nos cachorros, por sinal bons tatuzeiros.

(...) Era por uma bonita noite de luar. Estávamos mateando e pitando; conversa vai, conversa vem, quando o Major Felizardo lembrou que podia divertir-nos proporcionando-nos uma caçadita aos tatus.

– E tatu-rosqueira, então, que é praga!... – concluiu o major.

A este dito, saltei: – Pois há? – inquiri.

– Xi! Assim!...

E o Major juntou em molho os dedos das duas mãos, e assobiou comprido.

Aprestamo-nos e saímos rumo do rincão. De chegada soltamos os cachorros, e daí um quase-nada já lhes ouvíamos o ganiçado.

Começamos a bater as tocas. Aquilo foi rápido. Havia mesmo muito tatu!

Cachorro farejava, cavava na entrada da toca, e nós já rente, de enxada, dá-le que dá-le!

Eu é que tive a sorte de descobrir o primeiro tatu; o primeiro tatu, não, o primeiro rabo de tatu. E no que descobri, agarrei-o. Tironeei, tironeei e nada, o bicho não vinha; já ia meter o dedo... sabem, hein?... quando o licenciado Silvinha gritou-me:

– Não faça isso, Romualdo... Destorça a rosca do rabo!...

– Quê?

– Sim, e para a esquerda, a modo de parafuso inglês!

Sem ter consciência do que fazia, às mãos ambas dei umas quantas voltas para a esquerda, e qual não foi o meu espanto quando senti que efetivamente aquilo cedia, afrouxava, desatarraxava-se!... E fiquei com o rabo na mão... sem o tatu!

Pelos outros lados os companheiros andavam na mesma faina. Algo desapontado, indaguei do licenciado:

– E agora?...

– Passe a outro. Guarde esse rabo aí no saco; daqui a pouco você verá o resto!

Aquilo era curioso, passei a outra cova, a mesma manobra: outro rabo no saco; outra e outra, e assim uma porção delas. A certa altura o Tenente-coronel deu ordem de parar, pois não poderíamos transportar toda a caçada; o saco estava cheio a mais de meio.

Eu estava desconfiado e furioso, mas disfarçando, achava esquisito vir ao mato caçar tatus e só levar-lhes as caudas... Mas o Coronel Felizardo fez um sinal e logo nos arrolhamos em volta do saco; fez-se silêncio e daí a pouco começou a tatuzada a sair das tocas – desrabados todos – e vieram se chegando para o saco, focinhavam nele e ficavam quietos, como viúva velha chorando na cova de marido novo...

Aí então é que era pegar e sangrar tatu!... Foi uma senhora matança! Fizemos umas quantas enfiadas e voltamos para casa vergando o peso da caçada. Eu, por mim, confesso estava atônito!

Em caminho é que o Brigadeiro Felizardo me foi contando a coisa pelo miúdo.

– Romualdo, você conhece o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros; mas parece que este nunca viu...

– De ouvido, sim!

– Ora! Ouvir falar é uma coisa, ver é outra... Este tatu tem o rabo como uma rosca, por isso se chama rosqueira; caçá-lo é fácilimo: descoberta a toca, basta poder agarrá-lo pela cauda e, em vez de puxar, destorcê-la e depois levá-la para um pouco distante, naturalmente o rosqueira sente falta do peso do rabo e pelo faro vai em busca, acha-o e começa logo a cavar no chão um buraco estreito e fundo, entra então com focinho a dar voltas e mais voltas à cauda solta, e tanto trabalha que a faz cair de ponta para baixo no buraco que preparou: então, chega-lhe terra e vai enchendo, de forma que a cauda pode ficar fincada como uma estaca, e quando ele sente que está firme, senta-se-lhe em cima e...

– E... parece incrível!...

– E começa a andar à roda, à roda, sempre para a direita, até atarraxar-se de novo ao rabo. No que está pronto vai embora!

No dia seguinte fui ao mato, sozinho, para verificar o caso.

Descobri logo umas sete covas, portanto sete tatus; destorci sete rabos, pu-los no chão; trepei a uma árvore copada e esperei: vieram os tatus, fizeram os tais buracos, fincaram as caudas, sentaram-se em cima delas e começaram a rodar, a rodar, a rodar. Dentro em pouco um primeiro cessou o movimento e atirou-se para a frente, na sua posição natural, de quatro patas; e logo outro, enfim todos os sete, perfeitamente bons, enrabados, completos. Sem querer fiz um movimento, e os bichos fugiram rápidos como setas. Era a pino do meio-dia.

Para comer é que não são bons: têm a carne muito dura.

(adaptado de “Casos de Romualdo”. Porto Alegre: Globo, 1952)

*** Língua Portuguesa ***

Questão 1

A coerência de sentido é a primeira propriedade de um texto. Isso quer dizer que um texto não é um amontoado de frases, ou seja, as frases não estão nele pura e simplesmente dispostas umas após as outras, mas estão relacionadas entre si.

Simões Lopes Neto escreveu um texto com essa primeira propriedade porque

- A) o sentido de uma frase depende do sentido das demais com que se relaciona.
- B) o tatu-rosqueira é um animal muito pouco conhecido pelas pessoas.
- C) as relações entre os personagens constroem o sentido da narrativa.
- D) as unidades maiores de sentido estão inseridas nas unidades menores.
- E) os espaços em branco antes e depois do texto servem como seus delimitadores.

Questão 2

A escolha da oração principal não é ato gratuito. É o ponto de vista e a situação que devem servir para essa escolha. (Othon M. Garcia: “Comunicação em Prosa Moderna”, 2004)

A afirmação acima permite considerar que a opção por uma determinada estrutura sintática está, muitas vezes, vinculada a questões estilísticas, discursivas. É o que ocorre com o trecho “o Major Felizardo lembrou que podia divertir-nos proporcionando-nos uma caçadita aos tatus”, no quarto parágrafo. Qual a razão expressiva que justifica a escolha do redator por essa estrutura frasal?

- A) A inversão do foco semântico, deslocado para a oração do verbo “proporcionar”.
- B) A sugestão de apagamento dos valores narrativos dos verbos “lembrar” e “divertir”.
- C) A sequência lógica entre as ideias de “lembrar”, “poder divertir” e “proporcionar”.
- D) A combinação original das orações subordinadas com suas respectivas principais.
- E) A retomada discursiva da identidade dos animais como forma de reforço irônico.

Questão 3

O texto de J. Simões Lopes Neto enquadra-se no tipo narrativo, porque possui as características básicas de uma narração. Uma dessas características é a seguinte:

- A) as expressões regionais têm a função de dar mais veracidade às cenas.
- B) a progressão temporal está presente entre os acontecimentos relatados.
- C) as opiniões do narrador são sempre apresentadas em primeira pessoa.
- D) os personagens e as situações são compatíveis com a realidade apresentada.
- E) os personagens e as situações são compatíveis com a realidade apresentada.

Questão 4

Chama-se de coesão referencial aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro ou outros elementos nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual. (Ingedore Koch, “A Coesão Textual”, 1991.

Em qual dos trechos abaixo transcritos, a coesão referencial está corretamente explicada?

- A) Pois dessa feita, no Rincão das Tunas, vi, do outro lado do rio Camaquã. Com estes que a terra há de comer, vi... e se me fosse contado não acreditaria [segundo parágrafo] – O demonstrativo “estes” remete ao “outro lado do rio Camaquã”.
- B) Periga a verdade, mas lá vai, e, demais, estavam presentes o Capitão Felizardo, já falecido, o licenciado Silvinha (que perdi de vista), além dos peões [terceiro parágrafo] – A expressão “além dos peões” remete à locução “lá vai”.
- C) De chegada soltamos os cachorros, e daí um quase-nada já lhes ouvíamos o ganiçado (nono parágrafo) – O substantivo “ganiçado” remete ao pronome pessoal do caso oblíquo “lhes”.
- D) Cachorro farejava, cavava na entrada da toca, e nós já rente, de enxada, dá-le que dá-le! (décimo parágrafo) – A interjeição “dá-la que dá-le” remete à locução regionalista “nós já rente”.
- E) Já em rapaz eu ouvira falar numa raça de tatus-rosqueira, porém punha minhas dúvidas nessas histórias [primeiro parágrafo] – A locução “nessas histórias” remete a “histórias de tatus-rosqueira”.

Questão 5

Em caminho é que o brigadeiro Felizardo me foi contando a coisa pelo miúdo.

– Romualdo, você conhece o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros; mas parece que este nunca viu...

Na volta para casa, Felizardo explicou para Romualdo como se dava o processo de reenroscamento do rabo do tatu. A explicação começa com uma frase em discurso direto, como se vê no trecho transcrito acima. Se a opção do narrador fosse reproduzir a fala de Felizardo usando o discurso indireto, poderíamos ter como resultado a seguinte frase:

- A) Felizardo contou para Romualdo que ele conhecia o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros, mas que parecia nunca ter visto um desses.
- B) Felizardo me contou que eu conhecia o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros, mas que eu parecia nunca ter visto esse.
- C) Felizardo me disse que Romualdo conhecia o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros, mas que parecia nunca ter visto um desses.
- D) Ele disse que eu conhecia o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros, mas parecia que eu nunca vira um daqueles.
- E) Ele me falou que eu conhecia o tatu-peludo ou o de-rabo-mole, o bola, o guaçu e outros, mas parecia que Romualdo nunca vira aquele.

Questão 6

Descobri logo umas sete covas, portanto sete tatus; destorci sete rabos, pu-los no chão; trepei a uma árvore copada e esperei: vieram os tatus, fizeram os tais buracos, fincaram as caudas, sentaram-se em cima delas e começaram a rodar, a rodar, a rodar. Dentro em pouco um primeiro cessou o movimento e atirou-se para a frente, na sua posição natural, de quatro patas; e logo outro, enfim todos os sete, perfeitamente bons, enrabados, completos. Sem querer fiz um movimento, e os bichos fugiram rápidos como setas. Era a pino do meio-dia.

O penúltimo parágrafo do texto mostra uma combinação expressiva de recursos linguísticos a serviço da construção do sentido. Qual dos comentários abaixo está de acordo com essa afirmação?

- A) Recorrendo a uma grande quantidade de frases curtas, o narrador contrabalança a imobilidade do espectador colocado em cima de uma árvore com a agilidade dos tatus.
- B) Empregando verbos de ação, a narrativa sugere uma movimentação descompassada dos animais enquanto o narrador se posiciona sem muito cuidado na observação da cena.
- C) Utilizando uma sucessão de orações coordenadas, a narração se vale da descrição das ações dos animais e da estaticidade do narrador para construir o cenário desejado.
- D) Suprimindo o uso de orações adverbiais, o autor demonstra certa dificuldade na descrição dos movimentos dos tatus por estar imobilizado no alto de uma árvore.
- E) Valendo-se de orações reduzidas, a apresentação das ações dos animais condiz com a intenção do narrador de confirmar a história do enroscamento que lhe contaram.

Questão 7

Nos parágrafos 11 e 12, o narrador nos dá conta de como começou a caçada: “Eu é que tive a sorte de descobrir o primeiro tatu; o primeiro tatu, não, o primeiro rabo de tatu. E no que descobri, agarrei-o. Tironeei, tironeei e nada, o bicho não vinha; já ia meter o dedo... sabem, hein?... quando o licenciado Silvinha gritou-me: – Não faça isso, Romualdo... Destorça a rosca do rabo!...”

Observa-se aqui que há uma relação entre o emprego dos sinais de pontuação e a intenção de reproduzir traços da oralidade. Isso está confirmado na seguinte alternativa:

- A) O advérbio “não” está separado por duas vírgulas porque tem uma finalidade retificadora.
- B) A ideia de “dar puxões” do verbo “tironear” é reforçada pelo uso do indefinido “nada”
- C) As três reticências do parágrafo têm como função indicar a enumeração de outras ações.
- D) O vocativo “Romualdo” está separado de “Não faça isso” para enfatizar a reação de Silvinha.
- E) A fala de Silvinha termina com um ponto de exclamação porque expressa a ironia da situação.

Questão 8

Ao longo do texto, o personagem Felizardo é apresentado, sucessivamente, como Capitão, Major, Tenente-coronel, Coronel e Brigadeiro. Embora estranha, essa variedade de tratamento em relação ao personagem tem como suporte o fato de

- A) a linguagem popular empregar essas denominações como marca de autoritarismo.
- B) as patentes indicadas no texto servirem como hipônimos da denominação “militar”.
- C) a obra literária estar autorizada para infringir a lógica e o rigor científico.
- D) os substantivos desse campo semântico serem equivalentes na construção argumentativa.
- E) o jargão militar admitir que oficiais superiores sejam identificados pela hierarquia.

Questão 9

Ao final do parágrafo 25, há um trecho em que se combinam dois pronomes oblíquos: “quando ele (o tatu) sente que (a terra) está firme, senta-se-lhe em cima”.

Qual a maneira correta de descrever o emprego dos pronomes SE e LHE?

- A) Têm função de passivador e de objeto indireto, respectivamente.
- B) Têm valor de expletividade e de posse, respectivamente.
- C) Têm função de indeterminador e de adjunto adnominal, respectivamente.
- D) Têm valor reflexivo e locativo, respectivamente.
- E) Têm função de objeto direto e de conectivo, respectivamente.

Questão 10

O emprego do acento de crase ocorre por razões diferentes nos dois trechos transcritos abaixo.

Parágrafo 15: Sem ter consciência do que fazia, às mãos ambas dei umas quantas voltas para a esquerda.

Parágrafo 27: E começa a andar à roda, à roda, sempre para a direita, até atarraxar-se de novo ao rabo.

A única opção que repete, na mesma ordem, as duas ocorrências dos trechos acima é:

- A) Ainda irei à Rússia, pois viajo à beça pelo leste europeu.
- B) Dedicarei àquela moça que passa uma poesia à Vinícius.
- C) Saio às dez em ponto para poder chegar cedo à tua casa.
- D) Entrei à frente de todos, direto para o baile à fantasia.
- E) Mostrei o livro às duas e pedi que o copiassem à mão.

Questão 11

A Lei Complementar nº 95, quando trata das técnicas de elaboração, redação e alteração das Leis, determina que a epígrafe deve ser

- A) redigida em caracteres minúsculos.
- B) identificada por um código de barras.
- C) grafada em caracteres maiúsculos.
- D) codificada por letras e algarismos.
- E) escrita no formato convencional de frase.

Questão 12

Ao tratar da articulação e da redação das Leis, a Lei Complementar nº 95 determina que as disposições normativas precisam ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica. Nas normas para a obtenção de clareza, diz o texto da Lei que, quanto ao tempo verbal a ser usado em todo o texto legal, deve-se dar preferência

- A) ao futuro do presente, simples ou composto.
- B) ao tempo presente e às formas impessoais do infinitivo.
- C) ao tempo presente ou ao futuro simples do presente.
- D) ao futuro do presente e às formas impessoais do infinitivo.
- E) ao futuro composto do presente ou ao gerúndio.

*** Conhecimentos de Informática *****Questão 13**

O hardware de um computador é composto de processador, memória e dispositivos periféricos de entrada e de saída. Dentre os dispositivos periféricos, alguns são de entrada, outros são de saída, e existem também os que são de entrada e saída, isto é, que funcionam tanto como dispositivos de entrada quanto de saída. Quais dispositivos abaixo são de entrada e saída?

- A) teclado e scanner.
- B) disco e modem.
- C) impressora e alto falante.
- D) microfone e web cam.
- E) mouse e leitora ótica.

Questão 14

A tela inicial do sistema operacional Microsoft Windows XP é formada por uma área de trabalho ou desktop. A barra que aparece na parte inferior da área de trabalho, configurada em modo padrão, é denominada barra de

- A) ferramentas.
- B) programas.
- C) status.
- D) notificações.
- E) tarefas.

Questão 15

Nos programas de edição de texto, como Microsoft Word e BOffice Writer, há diversos atalhos através de combinações de teclas, na configuração padrão, para executar tarefas comuns rapidamente. A tarefa executada pela combinação das teclas Ctrl+End é a de mover o cursor da posição atual para o fim

- A) do documento.
- B) do parágrafo.
- C) da página.
- D) da linha.
- E) da janela.

Questão 16

Qual o nome dado ao dispositivo de segurança que, uma vez instalado, controla e autoriza o tráfego de informações transferidas entre redes de computadores?

- A) Telnet.
- B) Firewall.
- C) Cookie.
- D) Safenet.
- E) Java.

Questão 17

Os serviços disponíveis através da Internet são controlados por protocolos, isto é, conjuntos de regras e convenções utilizados para estabelecer a comunicação entre computadores. Quais protocolos listados nas alternativas abaixo são protocolos de e-mail, utilizados na configuração de ferramentas de correio eletrônico como Microsoft Outlook Express e Mozilla Thunderbird?

- A) PPP, UDP e SSH.
- B) FTP, UTP e DNS.
- C) TCP, IRC e WAP.
- D) TCP, IRC e WAP.
- E) SMTP, POP3 e IMAP.

*** Legislação relacionada ao MJ *****Questão 18**

O Ministério da Justiça, órgão da administração federal direta, tem como área de competência definida pelo Decreto Presidencial nº 6.061/ 2007, nos seguintes assuntos, EXCETO:

- A) direitos dos índios, inclusive ouvidoria-geral dos índios e do consumidor.
- B) entorpecentes, segurança pública, Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal e do Distrito Federal.
- C) articulação, integração e proposição das ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica.
- D) política judiciária.
- E) coordenação e implementação dos trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Judiciário.

Questão 19

Os órgãos e entidades ligados a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, definidos pelo Decreto Presidencial nº 6.061/2007, se apresentam da seguinte forma:

- A) órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e a Casa Civil da Presidência da República, como a Secretaria-Executiva e a Comissão de Anistia e dos Desaparecidos Políticos.
- B) órgãos específicos singulares ligados a Secretaria Nacional de Justiça: Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; Departamento de Estrangeiros.
- C) órgãos singulares ligados a Secretaria Nacional de Segurança Pública: Departamento de Polícia Federal; Diretoria de Combate ao Crime Organizado; Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública; Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
- D) órgãos específicos ligados a Secretaria de Direito Econômico: Departamento de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual; Departamento de Proteção à Concorrência e Defesa Econômica; e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
- E) entidades vinculadas: a autarquia Conselho Acompanhamento de Defesa Econômica e a fundação privada Fundação Nacional do Índio.

Questão 20

À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, definidas pela Lei 10.683/03 e atualizações, especialmente:

- A) na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, bem como promover a publicação e a preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República, e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional e o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia.
- B) na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação do veto dos atos presidenciais, com as diretrizes governamentais, bem como na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, tendo como estrutura básica a Secretaria de Articulação de Estados e Municípios.
- C) na coordenação política do Governo, na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos e a interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo como estrutura básica a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e a Imprensa Nacional.
- D) para promover a publicação e a preservação dos atos oficiais da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Imprensa Nacional, Conselho Superior do Cinema e o Arquivo Nacional.
- E) na avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas e a elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos, como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), participação na formulação do planejamento estratégico nacional, tendo como estrutura básica a Imprensa Nacional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

*** Conhecimentos de Administração, Finanças e Orçamento *****Questão 21**

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994, estabelece em seu CAPÍTULO I, Seção II (“Dos Principais Deveres do Servidor Público”), que está entre os deveres fundamentais do servidor público, zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa

- A) nacional e da segurança do Estado.
- B) nacional e da segurança individual.
- C) da vida e da segurança coletiva.
- D) das instituições e da segurança do cidadão
- E) do Estado e da segurança nacional.

Questão 22

O Título V da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em seu Art. 41, classifica os créditos adicionais em

- A) complementares, especiais e ordinários.
- B) complementares, especiais e extraordinários.
- C) suplementares, gerais e extraordinários.
- D) suplementares, especiais e extraordinários.
- E) suplementares, gerais e ordinários.

Questão 23

Integra a Lei do Orçamento:

- A) quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- B) quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n.ºs. 6 a 9.
- C) quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- D) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.
- E) quadro de realização de obras e de prestação de serviços.

Questão 24

Acompanha a Lei do Orçamento:

- A) quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- B) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- C) quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo n.º 1.
- D) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- E) quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.

Questão 25

Segundo a Lei n.º 4.320/64, classifica-se, como receita de capital:

- A) receitas imobiliárias.
- B) receita de serviços industriais.
- C) amortização de empréstimos concedidos.
- D) participações e dividendos.
- E) receita industrial.

Questão 26

Segundo a Lei n.º 4.320/64, classifica-se, como receita corrente:

- A) alienação de bens móveis e imóveis.
- B) amortização de empréstimos concedidos.
- C) operações de crédito.
- D) cobrança da dívida ativa.
- E) transferências de capital.

Questão 27

Segundo a Lei n.º 4.320/64 pode-se afirmar sobre as despesas de capital, o seguinte:

- A) classificam-se, como Despesas de Custeio, as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, desde que não destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- B) classificam-se, como Transferências Correntes, as dotações para despesas as quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- C) classificam-se, como investimentos, as dotações para o planejamento e execução de obras, desde que não destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- D) são Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, desde que haja contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições.
- E) classificam-se, como Despesas de Custeio, as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Questão 28

Com relação às Finanças Públicas, pode-se afirmar que

- A) o conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) contempla, como setor público, o governo central, os governos regionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), a previdência social, as empresas estatais e as agências descentralizadas.
- B) a carga tributária líquida é o total de impostos arrecadados no país.
- C) o déficit público é equivalente à diferença entre o valor da poupança do Governo em conta corrente e os investimentos privados.
- D) a venda de títulos públicos ao setor privado é o único modo de financiar o déficit público.
- E) a Política de redesconto é a melhor forma de cobrir o déficit público.

Questão 29

Sobre os créditos adicionais previstos na Lei nº 4.320/64, pode-se afirmar que

- A) extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- B) suplementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- C) especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- D) especialíssimos, os estabelecidos em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- E) complementares quando destinados a contribuir para a conclusão de uma obra em andamento

Questão 30

A taxa de juros cuja unidade referencial de seu tempo não com a unidade referencial de seus períodos de capitalização é chamada de

- A) taxa efetiva.
- B) taxa equivalente.
- C) taxa real.
- D) taxa atemporal.
- E) taxa nominal.

Questão 31

Para avaliar a taxa de retorno exigida de uma determinada ação, um analista levantou a taxa de retorno de mercado e taxa livre de risco, sendo 17% a.a. e 8,5%a.a., respectivamente. Considerando que o beta dessa ação é de 0,8, a taxa de retorno anual encontrada pelo analista será de

- A) 15,3%
- B) 22,10%
- C) 6,8%
- D) 18,0%
- E) 13,5%

Questão 32

Uma empresa apresenta, em seu balanço patrimonial, ativo circulante de \$ 32.000, dos quais \$ 17.000 são ativos operacionais. Seu passivo circulante é de \$ 30.000, dos quais \$ 14.000 são passivos financeiros. Em relação a essa empresa, pode-se afirmar que

- A) seu capital circulante líquido é de \$ 5.000.
- B) sua necessidade de capital de giro é de \$ 1.000.
- C) sua necessidade de capital de giro é de \$ 3.000.
- D) seu capital de giro próprio é de \$ 15.000.
- E) seu capital circulante líquido e necessidade de capital de giro são de \$ 2.000.

Questão 33

Uma empresa que adota uma estratégia de redução de seus ativos circulantes

- A) almeja melhorar seus indicadores de liquidez para reduzir seu custo de captação junto aos credores.
- B) incorrerá em maiores custos de armazenamento, à medida que transforma suas disponibilidades em estoques.
- C) almeja melhorar seus indicadores de liquidez para melhorar o retorno sobre o patrimônio líquido do acionista.
- D) poderá dedicar maiores esforços a gestão estratégica, reduzindo o risco de falência.
- E) busca melhorar sua rentabilidade, mas incorrerá em maiores riscos de solvência.

Questão 34

Considerando o regime de capitalização simples, a taxa mensal a que deve ser aplicado um determinado capital, para que em 4 anos tenha seu valor quintuplicado, é de

- A) 8,00%
- B) 7,50%
- C) 8,33%
- D) 9,5%
- E) 9,00%

Questão 35

Em um cenário cada vez mais competitivo, os programas de incentivo cumprem um importante papel ao estimular os colaboradores a atingir os objetivos e metas da organização através do reconhecimento e valorização. Em relação aos programas de incentivo, pode-se afirmar que

- A) o principal componente de um programa de incentivos é a remuneração financeira, pois com maiores salários, o indivíduo se compromete com a organização.
- B) não basta remunerar as pessoas pelo tempo dedicado à organização, é preciso estimulá-las a ultrapassar seu desempenho atual e alcançar metas e resultado desafiantes.
- C) devem ser discretos, de forma que o indivíduo não sinta que está sendo estimulado a atingir os objetivos organizacionais.
- D) são eficientes quando conseguem fazer com que as pessoas coloquem os objetivos organizacionais na frente de seus objetivos pessoais, pois com o êxito organizacional os objetivos pessoais são facilmente alcançados.
- E) constitui uma importante ferramenta de recursos humanos, à medida que remunera às pessoas pelos resultados alcançados.

Questão 36

Uma das importantes funções da área de recursos humanos é auxiliar e orientar os gerentes na gestão de suas equipes. Para tal, torna-se imprescindível a utilização de ferramentas e técnicas que possibilitem a análise do potencial e do desempenho dos membros da equipe, tanto individualmente quanto em grupo. NÃO constitui uma ferramenta de recursos humanos para essa finalidade:

- A) avaliação de desempenho.
- B) entrevista por competências.
- C) dinâmicas de grupo.
- D) análise matricial de equipe.
- E) testes e provas situacionais.

*** Conhecimentos de Direito *****Questão 37**

Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

- I - De acordo com o Código Penal, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- II - De acordo com o Código Penal, é possível aplicar a lei penal excepcional ou temporária, mesmo depois de decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, se o fato tiver sido praticado durante sua vigência.
- III - De acordo com o Código Penal, se o juiz se deparar com um fato materialmente criminoso poderá julgar seu autor e aplicar pena, ainda que não haja uma lei que tenha definido tal fato como crime.

- A) Estão corretas as afirmativas I e III.
- B) Estão corretas as afirmativas I e II.
- C) Estão corretas as afirmativas II e III.
- D) Nenhuma afirmativa está correta.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 38

Assinale a opção correta:

- A) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão ou no momento do resultado.
- C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, no momento do resultado ou no momento em que deveria ocorrer o resultado.
- D) Considera-se praticado o crime no momento da ação se houver resultado e no momento do resultado se houver omissão.
- E) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão.

Questão 39

Durante uma viagem à Mongólia, o Presidente da República brasileira sofre uma tentativa de homicídio praticada por um cidadão marroquino. Felizmente, o Presidente escapa ileso do atentado. As autoridades da Mongólia prendem o marroquino, instauram inquérito, iniciam processo e, ao final do julgamento, absolvem-no. Relativamente ao crime praticado, assinale a alternativa correta.

- A) O agente que praticar contra a vida do Presidente da República não pode ser punido se tiver sido absolvido no estrangeiro.
- B) O agente que praticar contra a vida do Presidente da República só pode ser punido se o agente entrar no território nacional.
- C) O agente que praticar contra a vida do Presidente da República pode ser punido ainda que absolvido no estrangeiro.
- D) O agente que praticar contra a vida do Presidente da República só pode ser punido se houver requisição do Ministro da Justiça e não tiver sido pedida ou negada a extradição.
- E) Não é possível aplicar a lei brasileira a crimes cometidos no estrangeiro.

Questão 40

Assinale a opção incorreta relativamente à extinção da punibilidade.

- A) Extingue-se a punibilidade, entre outros motivos, pela anistia, graça ou indulto; pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e pela reparação do dano nos casos de crimes patrimoniais.
- B) Extingue-se a punibilidade, entre outros motivos, pela prescrição, decadência ou preempção; pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública; e pela prescrição, decadência ou preempção.
- C) Extingue-se a punibilidade, entre outros motivos, pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes definidos nos Capítulos I, II e III, do Título VI, da Parte Especial do Código Penal; pela morte do agente; e pela prescrição, decadência ou preempção.
- D) Extingue-se a punibilidade, entre outros motivos, pela morte do agente; pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite; e pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- E) Extingue-se a punibilidade, entre outros motivos, pela anistia, graça ou indulto; pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e pelo perdão extrajudicial concedido pela vítima nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça.

Questão 41

Assinale a opção que reúne exclusivamente os crimes próprios de funcionário público.

- A) Peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa.
- B) Condescendência criminosa, falsificação de documento público, excesso de exação e peculato.
- C) Prevaricação, abandono de função, concussão e excesso de exação.
- D) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, peculato culposo, corrupção ativa e prevaricação.
- E) Advocacia administrativa, inserção de dados falsos em sistema de informações, peculato e tráfico de influência.

Questão 42

Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta:

- I – São direitos do preso, entre outros, alimentação suficiente e vestuário; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; audiência especial com o diretor do estabelecimento e proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- II – O preso, quando estiver internado ou submetido a tratamento ambulatorial, tem direito de contratar médico de confiança pessoal a fim de orientar e acompanhar o tratamento.
- III – São deveres do preso, entre outros, comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina e urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.

- A) Estão corretas as afirmativas I e II.
- B) Estão corretas afirmativas I e III.
- C) Estão corretas afirmativas II e III.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.
- E) Nenhuma afirmativa está correta.

Questão 43

Considerando as afirmações abaixo a respeito do regime constitucional da liberdade de expressão na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- I – É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, que só poderá ser quebrado por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- II – É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem daquele que tenha sido ofendido por veículos de imprensa.
- III – A Constituição veda a criminalização de manifestações expressivas. Eventuais danos causados pelo exercício da liberdade de expressão são reparados exclusivamente pela via indenizatória.
- IV – É assegurada a liberdade de expressão e informação. A profissão de jornalista, contudo, só poderá ser exercida por quem possua diploma expedido por instituição de ensino superior.

- A) Está correta a afirmativa III.
- B) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- C) Estão corretas as afirmativas I, III e IV.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.
- E) Está correta a afirmativa II.

Questão 44

Deputado federal é acusado de, no meio de acirrada discussão, matar a tiros seu adversário político. A competência para processar e julgar o deputado pelo crime de homicídio é do

- A) Tribunal de Júri da cidade em que ocorreu a infração.
- B) Tribunal de Júri da capital do Estado que elegeu o deputado.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Tribunal Superior Eleitoral.

Questão 45

De acordo com a Constituição Federal de 1988, insere-se na competência privativa do Presidente da República, EXCETO

- A) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- C) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- D) dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

Questão 46

Considerando as afirmações abaixo a respeito das normas que regem o Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

I – Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

II – Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar recurso extraordinário, através do qual exerce controle incidental de constitucionalidade das leis. O recurso extraordinário só será admitido se as questões constitucionais discutidas no caso possuírem repercussão geral, ou seja, se forem relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassando os interesses subjetivos da causa.

III – Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

IV – Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer reclamações contra membros do Poder Judiciário, podendo avocar processos disciplinares e criminais em curso e determinar a remoção, disponibilidade, aposentadoria compulsória com proventos proporcionais e perda do cargo, assegurada a ampla defesa.

- A) Está correta a afirmativa III.
- B) Estão corretas as afirmativas I e II.
- C) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- D) Estão corretas as afirmativas II e III.
- E) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.

Questão 47

A intervenção federal nos Estados para assegurar a observância dos princípios constitucionais da forma republicana, sistema representativo e regime democrático dependerá de

- A) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário local ao Presidente da República.
- B) solicitação do Procurador Geral da República ao Presidente da República, ouvido o Ministro da Justiça.
- C) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador Geral da República.
- D) solicitação da Assembléia Legislativa local ao Presidente da República.
- E) solicitação do Congresso Nacional ao Presidente da República, ouvido o Ministro da Justiça.

Questão 48

O Edital subordina tanto o administrador quanto o administrado. Ele é um ato

- A) vinculado.
- B) objetivo.
- C) discricionário.
- D) legislativo.
- E) impositivo.

Questão 49

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 05-08-1988, constituem decorrência da estabilidade do servidor público os direitos à

- A) indisponibilidade, à irredutibilidade de vencimentos, à inamovibilidade.
- B) promoção por merecimento, à acumulação legal de cargos, à proteção contra demissão arbitrária.
- C) efetividade, a afastamento para exercício de mandato eletivo, à inatividade remunerada.
- D) reintegração, à disponibilidade, ao aproveitamento.
- E) reversão, à transposição, à progressão na carreira.

Questão 50

O princípio da tutela administrativa se distribui em

- A) controle político, controle institucional, controle administrativo, controle financeiro.
- B) controle interno, controle externo, auditorias independentes.
- C) auditoria interna, secretarias de controle, controladoria geral.
- D) poder de revogar os seus atos, corregedorias administrativas, assessorias técnicas.
- E) supervisão ministerial, controle direto, controle indireto.

Questão 51

No direito positivo brasileiro, compõem a administração indireta

- A) ministérios, secretarias especializadas, órgãos de planejamento.
- B) agências reguladoras de serviços, órgãos reguladores de preços, entidades de fiscalização.
- C) serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dos Ministérios, das Secretarias.
- D) autarquias, fundações instituídas pelo Poder Público, sociedades de economia mista, empresas públicas.
- E) concessionárias e permissionárias de serviços públicos, serviços sociais autônomos, consórcios públicos.

Questão 52

Os atos administrativos que apresentam defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria administração quando

- A) justificam direitos adquiridos e decorram efeitos favoráveis para o administrado.
- B) operarem efeitos patrimoniais contínuos para o administrado e não causam prejuízo para a administração pública.
- C) não prejudicam direitos ou garantias dos interessados.
- D) não acarretaram lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- E) o interessado renunciar a direito disponível ou a administração entender que foi exaurida a sua finalidade.

Questão 53

Quanto à exequibilidade, o ato administrativo pode ser

- A) constitutivo, declaratório, enunciativo.
- B) perfeito, imperfeito, pendente, consumado.
- C) gerais, individuais, coletivos.
- D) simples, complexo, composto.
- E) de império, de gestão, de mera administração.

Questão 54

O ato administrativo extingue-se por

- A) revogação, anulação, ratificação.
- B) cumprimento de seus efeitos, retirada, renúncia.
- C) convalidação, saneamento, conversão.
- D) confirmação, reforma, modificação.
- E) motivação insuficiente, contradição, inadequação entre os motivos e os efeitos.

Questão 55

A improbidade administrativa caracteriza um ilícito de natureza civil e política porque pode implicar

- A) perda da função pública, ação penal, apuração administrativa.
- B) suspensão dos direitos políticos, indisponibilidade dos bens, ressarcimento ao erário.
- C) enriquecimento ilícito, lesão à coisa pública, crime de responsabilidade.
- D) perda do cargo com inabilitação, reparação do dano, ação civil para apuração da improbidade.
- E) afastamento do cargo, seqüestro de bens, inelegibilidade.

Questão 56

O Ministério da Justiça realizou concurso público para o cargo de Técnico Administrativo. João Tomé tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Durante o estágio probatório, verificou-se que infringiu o dever de produtividade, o que foi apurado na avaliação final daquele período. Considerando essa situação de improdutividade de João Tomé, quais os demais fatores que o servidor deve observar no estágio probatório, prescrito na Lei nº 8.112/90?

- A) Durante o estágio probatório, João Tomé não poderá ser exonerado, apenas em razão da infringência do dever legal de produtividade.
- B) Mesmo que João Tomé fosse servidor estável da Administração Pública Federal, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa assiduidade.
- C) Durante o estágio probatório, o servidor deve observar a disciplina, a capacidade de iniciativa, a assiduidade e a responsabilidade, fatores que podem também levar à reprovação no estágio probatório.
- D) A disciplina, assiduidade, a responsabilidade, o comportamento, a ética no serviço público, a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório.
- E) Caso João Tomé adquirisse estabilidade no novo cargo, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo.

Questão 57

Os atos administrativos “secretos” do Senado Federal ofendem alguns princípios da Administração Pública fixado na Constituição Federal. Decorrente desses atos secretos, caso houver a investidura em cargo público efetivo sem o prévio concurso público, enseja-se um problema constitucional. Por ordem de gradação, o princípio ofendido e a solução constitucional para o caso são o princípio da

- A) legalidade, e a solução constitucional de revogação do ato, além da punição do Presidente do Senado.
- B) impessoalidade e a nulidade do ato com a devida advertência do Presidente do Senado.
- C) publicidade e a solução constitucional de revogação do ato e a punição dos membros da Mesa Diretora do Senado.
- D) publicidade e a solução constitucional de nulidade do ato, além da punição da autoridade responsável, nos termos da lei.
- E) moralidade pública e a revogação do ato com a punição do Presidente do Senado.

Questão 58

A Ação Penal é pública, em regra, conforme prescreve a lei, salvo quando essa expressamente a declare privativa do ofendido. Dessa forma, o modelo do Código Penal Brasileiro prevê as prescrições, quanto à ação pública e quanto à ação de iniciativa privada, que apresentam as seguintes características:

- A) a ação pública é privativa do Ministério Público, que dá início ao processo penal, dependendo quando a lei o exige de requisição do Ministério da Justiça ou de representação mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- B) a ação pública é promovida pelo Ministério Público por meio do inquérito policial competente enviando ao Ministério da Justiça, dependendo quando a lei o exige, de requisição do Delegado de Polícia mediante queixa-crime do ofendido.
- C) o Ministro da Justiça com a anuência do Presidente da República promove a ação pública, ou de representação mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- D) o Ministério Público é dono da ação pública, que dá início ao processo penal, contudo pode haver ação privada nos crimes de ação pública quando a lei o exige, caso a denúncia tenha acontecido no prazo legal.
- E) a ação pública é promovida pelo Ministério Público, e na ação de iniciativa privada em que houve a morte do ofendido o processo é arquivado, pois o mesmo não pode prosseguir pelo cônjuge ou descendente já que o elemento morte desaparece o interessado na ação.

Questão 59

Os crimes especiais contra a Administração Pública são descritos em tipos próprios no Código Penal, contudo outros tipos podem existir de fora do Código, em leis especiais, como os crimes nos contratos e licitações públicas. O funcionário público que exige para si uma vantagem indevida, como uma bolsa de estudos, em decorrência do cargo de Técnico Administrativo, refere-se a que tipo criminal e a qual pena?

- A) Peculato com pena de reclusão de dois anos a onze anos e, multa.
- B) Corrupção passiva, pena de reclusão de dois anos a nove anos e, multa.
- C) Prevaricação com pena de detenção de três meses a dois anos e, multa.
- D) Advocacia administrativa com pena de detenção de três meses a um ano e, multa.
- E) Concussão com pena de reclusão de dois anos a oito anos e, multa.

Questão 60

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal conforme preconiza o artigo 5, XII da Constituição da Republica Federativa do Brasil. Sobre sigilo é correto afirmar que

- A)** como regra também é inviolável o sigilo das comunicações telegráficas, mesmo nas hipóteses de decretação de estado de defesa e de sitio.
- B)** a quebra do sigilo das comunicações telefônicas poderá ser efetuada independente de forma legal, visto que ainda não há lei que a regulamente.
- C)** como regra, o sigilo de correspondência é inviolável, salvo nas hipóteses de decretação de estado de defesa e de sitio que poderá ser restringido conforme artigos 136 parágrafo 1, “b” e 139, III da Constituição da Republica Federativa do Brasil.
- D)** as provas obtidas de maneira diversa da que preconiza o artigo 5, XII da Constituição da Republica Federativa do Brasil não poderão ser classificadas como obtidas por meio ilícito se tiverem obedecido as regras previstas em decreto.
- E)** o sigilo bancário pode ser quebrado mediante requerimento de qualquer autoridade.